

CORREIO ECONÔMICO

Blog do Valente



Aumento real da gasolina carece de explicação plausível

Preço da gasolina tem aumento real de 10,2%

Desde o abandono do PPI (Preço de Paridade Internacional) – como indicador de referência para definição do aumento de preços dos derivados do petróleo pelo governo, em maio de 2023 – os reajustes da gasolina vêm ‘dando saltos’.

Prova disso é que o insueto registrou alta real de 10,2% em 2024, ante os 4,71% acumulados pelo IPCA (índice oficial de in-

flação) em 2024.

Em consequência, o preço médio da gasolina chegou a R\$ 6,15 o litro, acima dos R\$ 5,58 de 2023, enquanto o etanol computou uma média de R\$ 4,12 o litro, ante R\$ 3,42 por litro, pelo mesmo comparativo, o que corresponde a um avanço de 20,4%, segundo informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Classificação

Segundo a Receita Federal sobre maiores contribuintes, Pessoas Físicas ‘especiais’ declaram rendimentos maiores ou iguais a R\$ 100 milhões; bens e direitos iguais ou acima de R\$ 200 milhões; e valor das operações em renda variável maior ou igual a R\$ 100 milhões.

Diferenciadas

Pessoas Jurídicas ‘diferenciadas’ terão receita bruta anual maior ou igual a R\$ 340 milhões; débitos maiores ou iguais a R\$ 80 mi; e valor das operações de importação ou exportação maior ou igual a R\$ 340 mi. PJ especiais, receita bruta anual superior ou igual a R\$ 2 bi.

Ilustração site br104



Medidas ‘corajosas’ da Argentina ‘defenderam’ peso

Ao liderar ranking, peso argentino faz real ‘comer poeira’

Ironia ou não, embora esteja ‘mergulhada’ na recessão, a vizinha Argentina, quem diria, foi mais rápida que a gestão perdulária petista, no que tange à aplicação de medidas fiscais duras, mas eficazes para defender e resgatar a confiança do mercado no padrão monetário ‘hermano’. Isso explica a surpreendente

valorização real de 44% do peso argentino, em 2024, em contraste com o ‘combalido’ real, desvalorizado em 21,8%, no mesmo período.

Estável desde a posse de Milei, no fim de 2023, ante uma inflação acumulada em 112%, o peso superou o ganho de 21,2% da lira turca, a vice no ranking mundial das moedas.

Êxito

O êxito surpreendente da gestão do novo presidente, de viés de direita, reduziu a diferença entre as taxas oficial e paralela do peso, de 200% para menos de 20%, pela adoção de uma política mais flexível para que exportadores convertessem receitas no mercado paralelo.

Custos

É claro que a aplicação de medidas urgentes para ‘salvar’ a economia exige alto custo econômico, suportado pelo agronegócio e pela indústria, a exemplo da siderúrgica argentina Ternium, cujos custos trabalhistas ficaram 60% maiores do que os similares brasileiros.

38 acordos

Pela Medida Provisória (MP) 1.286, publicada pelo governo federal, que estabelece o reajuste salarial para servidores e a reestruturação de carreiras do funcionalismo público são formalizados 38 acordos firmados com as carreiras civis do funcionalismo federal ao longo de 2024.

Duas etapas

Na prática, a MP abrange 100% dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da União. Os reajustes serão em duas etapas: janeiro de 2025 e abril de 2026, como percentuais diferentes de acordo com as carreiras, com impacto orçamentário de R\$ 17,9 bilhões.

Selic alta e incerteza externa resultam em ‘PIBinho’ de 2025

Com taxa perto de 15% a.a. e incerteza global, economia avançará só 1,8%

Reprodução site Contag

Por Marcello Sigwalt

A combinação ‘perversa’ do aumento da taxa básica de juros (Selic) com a deterioração da economia global ‘dá o tom’ do crescimento ‘acanhado’ do PIB (Produto Interno Bruto) em 2025, que não deve passar de 1,8%, mas está longe de configurar um quadro recessivo.

A avaliação foi feita por economistas, para quem, o consumo deve continuar a crescer, devido ao aquecimento do mercado de trabalho e dos gastos federais (transferência de renda de cunho eleitoral) e pelo avanço das exportações, alavancadas pela safra agrícola. Nessa perspectiva, a grande incógnita diz respeito ao reflexo do aperto monetário sobre os investimentos.

Na projeção dos especialistas, a economia não deverá avançar mais do que 2%, depois de exibir patamares mais elevados, sempre superiores a 3%, nos últimos três anos, desempenho que surpreendeu estimativas, tanto do setor público, quanto privado.



Necessidade de manter Selic alta para conter inflação derruba ímpeto da economia tupiniquim

Obviamente mais ‘otimista’, a proposta orçamentária do governo continha a previsão de crescimento real de 2,64% neste ano, que vai além dos 2% projetados pelo boletim Focus e dos 2,1% estimados pelo Banco Central (BC).

Em que pesem a possibilidade de um ‘pé no freio’ da economia internacional e de

agravamento dos fatores macroeconômicos internos, o BC espera ‘surpresas positivas’, como um crescimento potencial maior, face às reformas aprovadas pelo Legislativo no campo econômico.

Embora admita que a ‘desaceleração’ do PIB a 2% este ano se deve à alta da Selic, o economista-chefe do C6, Feli-

pe Salles, prevê que tal patamar será sustentado ‘em grande parte’ por estímulos do governo e pelas exportações de commodities.

“A gente não vê aumento do desemprego ou deterioração no mercado de trabalho. Para isso acontecer, o PIB teria de ficar muito abaixo de 2%”, afirma Salles.

Saída de dólares é a maior em 17 anos

O fluxo cambial do Brasil foi negativo em US\$ 24,314 bilhões em dezembro, até o dia 27, segundo dados preliminares divulgados nesta quinta-feira (2), pelo Banco Central.

Essa é a maior saída de dólares do País em um único mês na série histórica da autarquia, iniciada em 2008.

Até agora, a maior saída de moeda americana do Brasil havia sido registrada em dezembro de 2019, quando

o fluxo foi negativo em US\$ 17,612 bilhões.

A saída recorde coincidiu com a disparada da cotação do dólar no Brasil. Nesta quinta, a moeda dos EUA é negociada perto de R\$ 6,15.

O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 26,042 bilhões de 1º a 27 de dezembro do ano passado, resultado de US\$ 55,734 bilhões em compras e US\$ 81,776 bilhões em vendas.

O canal financeiro reúne investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro, pagamento de juros e outras operações.

O saldo do comércio exterior foi positivo em US\$ 1,728 bilhão, com US\$ 19,428 bilhões em importações e US\$ 21,156 bilhões em exportações. Nas exportações, estão inclusos US\$ 2,026 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 4,825 bilhões em

pagamento antecipado (PA) e US\$ 14,306 bilhões em outras entradas.

Os dados de 2024, divulgados pelo BC nesta quinta-feira (2), são preliminares e incorporam o fluxo contabilizado entre 1º de janeiro e 27 de dezembro.

Informações sobre o movimento de câmbio nos dias 30 e 31 serão publicadas na próxima quarta-feira (8). O fluxo cambial do Brasil em 2024, negativo em US\$ 15,918 bilhões.

Cai o investimento em energias limpas

Absolar

Por Marcello Sigwalt

Do monte Everest às fossas marianas. A metáfora ajuda a explicar a reviravolta dos investimentos nas energias solar e eólica em 2024, após exibirem crescimento recorde em 2023. Se considerados ambos os setores, os recursos aplicados no ano retrasado, de R\$ 94,6 bilhões, despencaram para R\$ 60,4 bilhões, no ano passado, correspondendo a uma baixa de 36,6%.

Tais dados foram divulgados pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e da Abeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica). No caso das eólicas, as perdas foram ainda mais significativas, mediante um declínio de R\$ 35 bilhões para R\$ 21 bilhões, no mesmo comparativo, um recuo de 40%. Já a solar amargou queda de 33%, ao passar de um



Aperto monetário induziu queda de investimentos do setor

aporte de R\$ 59,6 bilhões para R\$ 39,4 bilhões em 2024. As entidades esclarecem que tais números, do segmento solar, se referem a usinas de grande porte e pequenos e médios sistemas em telhados, fachadas e terrenos de casas e empresas.

Ao destacar que os investi-

mentos da matriz solar tiveram como foco o mercado livre – compra eletricidade diretamente das geradoras por meio de uma empresa intermediária, a comercializadora varejista – o diretor técnico da Absolar, Carlos Dornellas, explicou que “a demanda no mercado livre

tem atraído investimentos privados, pois, neste ano, a fonte solar adicionou cerca de 13 gigawatts (GW), sendo 8 GW na geração distribuída e 5 GW na geração centralizada”.

A economista Elbia Gannoum, presidente da Abeólica, avalia que um ‘conjunto de fatores’ contribuiu para uma queda ‘drástica’ da contratação de eólicas de grande porte no mercado regulado, a falta de leilões regulados desde 2022 e o grande crescimento do mercado de geração distribuída, dominado pela energia solar. “A gente vai precisar de mais um ano de crescimento para indicar uma melhora nas contratações em 2025”, previu Elbia.

O professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Euler Macedo, aponta a escalada do dólar como fator determinante para inibir a atração de investimentos estrangeiros ao país.

Múltiplas passam a ser tributadas em 15%

Com a sanção presidencial, passa a vigorar um imposto mínimo de 15% sobre o lucro de empresas multinacionais que operam no Brasil. A medida segue o acordo conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado por mais de 140 países. O texto aprovado pelo Congresso foi publicado no Diário Oficial da União nessa segunda-feira (30).

As novas regras entram em

vigor em janeiro de 2025 e serão aplicadas a multinacionais com faturamento superior a 750 milhões de euros por ano. A expectativa é que a arrecadação alcance R\$ 3,2 bilhões em 2026, suba para R\$ 7,2 bilhões em 2027 e se estabilize em R\$ 7,7 bilhões a partir de 2028.

Hoje, a tributação nominal sobre a renda de empresas no Brasil é de 34%, considerando o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido (CSLL). No entanto, a carga efetiva pode cair abaixo de 15% devido a regras e incentivos fiscais, além de estratégias tributárias utilizadas pelas companhias.

“O acordo com a OCDE foi feito para evitar que apenas os países-sede das grandes multinacionais tenham arrecadação tributária”, destaca o texto. Dessa forma, parte do lucro obtido pelas empresas no Brasil será efetivamente tributada

pelo governo local.

A previsão é de que as novas regras alcancem 290 grupos multinacionais com atuação no país - 20 de capital local e os demais, estrangeiros. Para se enquadrarem, as empresas precisam ter faturamento anual superior a 790 milhões de euros. O governo reforça que a lei visa, não apenas elevar a arrecadação, mas trazer maior justiça tributária, ao alinhar as normas locais ao padrão internacional.